

HOMEM, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NACIONAL: TRÊS PREMISSAS DE ESTUDOS EM ÁLVARO VIEIRA PINTO

HOMBRE, EDUCACIÓN Y DESARROLLO NACIONAL: TRES PREMISAS DE ESTUDIOS EN ÁLVARO VIEIRA PINTO

MAN, EDUCATION AND NATIONAL DEVELOPMENT: THREE PREMISES OF STUDIES IN ÁLVARO VIEIRA PINTO

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.48238>

Vanderlei Amboni¹

Resumo: As premissas homem, educação e desenvolvimento nacional são aspectos que Álvaro Vieira Pinto (AVP) se debruçou em estudá-los para compreendê-los na sua historicidade. Para esse fim, analisaremos as obras de AVP, cujo objeto homem, educação e desenvolvimento nacional se fazem presente. O objetivo é refletir sobre a existência do homem como ser do trabalho, a educação como processo social e desenvolvimento e consciência nacional como projeto de nação. A investigação e exposição do objeto terão o método dialético para compreensão do real. Como resultado, o leitor poderá comprovar a necessidade que AVP tem em integrar as massas ao projeto de desenvolvimento nacional como processo ideológico de uma consciência nacional.

Palavras-chave: Homem. Educação. Desenvolvimento Nacional

Resumen: Las premisas del hombre, la educación y el desarrollo nacional son aspectos que Álvaro Vieira Pinto (AVP) se centró en estudiarlos para entenderlos en su historicidad. Para ello, analizaremos las obras de AVP, cuyo objeto están presentes el hombre, la educación y el desarrollo nacional. El objetivo es reflexionar sobre la existencia del hombre como ser de trabajo, la educación como proceso social y de desarrollo y la conciencia nacional como proyecto de nación. La investigación y exposición del objeto tendrá el método dialéctico para comprender lo real. Como resultado, el lector podrá demostrar la necesidad que tiene AVP de integrar a las masas en el proyecto de desarrollo nacional como un proceso ideológico de una conciencia nacional.

Palabras clave: Hombre. Educación. Desarrollo Nacional

Abstract: The premises of man, education and national development are aspects that Álvaro Vieira Pinto (AVP) focused on studying them to understand them in their historicity. To this end, we will analyze the works of AVP, whose object man, education and national development are present. The objective is to reflect on the existence of man as a being of work, education as a social process and development and national consciousness as a nation project. The investigation and exposure of the object will have the dialectical method for understanding the real. As a result, the reader will be able to prove the need that AVP has in integrating the masses into the national development project as an ideological process of a national consciousness.

Keywords: Man. Education. National Development

Jamais, como em nossos dias, se viveu de forma tão profunda e tão inquieta a realidade brasileira. Não que nos tenha faltado uma linhagem ilustre de homens cultos, perspicazes e devotados, capazes de sentir e estudar o nosso ser nacional, descrevendo-lhe o panorama, como historiadores e sociólogos, interpretando-o, como artistas, ou conduzindo-o, como políticos. É, ao contrário, numerosa a estirpe dos que, no passado, pensaram, cantaram e dirigiram o Brasil. E assim faziam, em qualquer dessas formas, porque se sentiam possuídos da necessidade de exprimir o que em suas consciências lhes parecia a realidade, grandiosa e trágica, desta nação. O que o Brasil sabia de si mesmo era, então, o que nesses espíritos se ia revelando. [...] (VIEIRA PINTO, 1960c, p. 11).

Introdução

Neste texto temos a pretensão de refletir sobre temas candentes ao pensamento de Álvaro Viera Pinto (1909-1987), carinhosamente chamado de AVP por Vinicius de Moraes, pois este tem uma singularidade na forma de pensar os problemas da sociedade brasileira, cuja centralidade é o processo formativo do ser social e o desenvolvimento como premissa à soberania nacional. Toda forma de pensar socialmente tem uma origem e uma historicidade, na qual está presente o ser social real, o ser concreto e formado no devir histórico da vida social, cuja natureza e desenvolvimento nacional são resultados das forças produtivas e dos ideais de sociedade materializadas no pensamento da classe dominante, pois esta sabe o que quer e como agir na defesa dos seus interesses. Na conquista do poder de Estado impõe à sociedade seus preceitos de vida e de trabalho, mas em contradição social, cujo princípio é o movimento interno de forças centrífugas e de interesses de classes opostos. Neste ato há um devir formativo e um processo ideológico no qual as classes dominantes dominam a vida material e cultural sob o ideário universalizante da vida social.

Homem de erudição, poliglota e com a compreensão da realidade da América Latina e brasileira, AVP viveu os conturbados processos brasileiros que culminaram com golpe de Estado que depôs João Goulart e instaurou um governo militar com apoio da burguesia e da Igreja. O golpe civil-militar implicou em prisões, torturas e exílios de comunistas e intelectuais que refletiam sobre o Brasil e buscavam saída às crises políticas pelo campo da revolução brasileira. Dentre os exilados está AVP, homem do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), que era um órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, criado em 14 de julho de 1955 por meio do Decreto nº 37.608 e extinto em 1964, logo após o golpe de Estado que instaurou o regime civil-militar no Brasil. O ISEB² foi um importante centro de estudos sociais e político existente no Brasil. Sob o trabalhismo, o Estado traz a questão do desenvolvimento nacional por meio do estudo da realidade nacional como premissa necessária à criação da base ideológica do desenvolvimento nacional para consolidar a soberania do país, tendo como fundamento a inserção do povo brasileiro na política nacional, portanto, o povo como sujeito de sua história, como sujeito construtor de sua historicidade, cujo processo se move por meio da consciência crítica do mundo real e isto significava na realização da Revolução Brasileira. Com efeito, Vieira Pinto (1960a, p. 30-31) assevera:

[...] o processo do desenvolvimento nacional é função da consciência que a nação tem de si mesma. [...]

Não há esperança de dar ao país recursos que acelerem o seu desenvolvimento senão promovendo um movimento de clarificação ideológica, que explique o mecanismo histórico condicionador do novo processo social. [...].

Neste processo, AVP chamava a atenção dos intelectuais brasileiros à necessidade de um estudo sobre as condições históricas do Brasil, condicionando-o às peculiaridades e às categorias que o próprio estudo apontasse para, com isso, formular a ideologia do desenvolvimento nacional e criar um “novo social”. Isso possibilitava a implementação de ações necessárias para provocar as consciências nacionais sob o imperativo de dotar o Brasil da modernidade econômica-social de forma livre e soberana. Para isso, assegurava AVP, só uma ideologia construída sob os pilares de uma consciência nacional desenvolvimentista poderia dotar o país da modernidade social e promover o desenvolvimento nacional com a integração das massas ao meio social, integrando-as com passaporte de cidadania brasileira.

Homem, educação e desenvolvimento nacional estão presentes nos estudos de AVP. Nele traz toda a análise do processo de desenvolvimento e evolução do homem, cuja educação permite a continuidade de sua existência como processo de reprodução social com as características humanas, pois no processo de produção da vida o homem produz e acumula conhecimento no seu devir histórico. Este processo é contínuo e está presente em toda formação social criada pelo homem ao longo da história, que se materializa de forma distinta e em consonância com o projeto social da classe dominante. Neste processo, forja-se um determinado tipo de desenvolvimento nacional e uma determinada forma de consciência de sua nacionalidade. Dessa forma, AVP aponta para a necessidade de criar as bases da ideologia nacional, na qual traz o projeto de formação do homem nacional para, com isso, ter a solidez do desenvolvimento nacional como proposta de integração dos nacionais como uma totalidade objetiva, pois esta cria a nacionalidade. Neste sentido, encaminha os estudos do ISEB para criar as bases da ideologia do desenvolvimento e da consciência, constituindo-os em polos de estudos dos problemas nacionais e de desenvolvimento do pensamento nacional. Neste sentido, AVP faz um chamado aos alunos do ISEB para estes problemas, sem o qual o Brasil não se materializa como país desenvolvido, ou seja, não se moderniza no seu projeto de nação. Com efeito, Vieira Pinto (1960c, 45-46) diz-nos:

O que será realmente a ideologia do nosso desenvolvimento e, sobretudo, o que serão as proposições que venham a definir a aplicação prática aos problemas específicos da nossa realidade, é coisa que não podemos ainda dizer. É urgente construir essa ideologia. Contribuir para a sua elaboração, tal é a tarefa do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que hoje inaugura seu primeiro ano letivo. Nasce esta entidade com uma missão definida e um destino único. Compete-lhe centralizar a ação intelectual que, se conduzida como julgamos e desejamos, virá favorecer a rápida transformação da consciência nacional. Não será obra dos que nele vão ensinar, mesmo porque pouco sabem, e o que mais querem é aprender, mas daqueles que virão frequentar suas aulas e associar-se aos debates que se travarão nos seminários a se realizarem diariamente e aos trabalhos de investigação, em todos os setores da vida brasileira, a serem empreendidos pelos grupos que procederão a exaustivo exame dos nossos problemas.

Para nosso objetivo, dividimos o texto em três seções, no qual trataremos das premissas de estudo de AVP por meio do método de investigação e exposição, nas quais as premissas elencadas são determinantes para se compreender o pensamento racional de AVP, bem como as premissas de estudos que

o ISEB se propôs em realizar sobre a realidade brasileira e à necessidade de forjar uma unidade nacional de desenvolvimento, criando uma teoria e uma ideologia sobre as transformações que se fazem necessárias ao Brasil. Entende APV que é preciso criar as bases de um desenvolvimento nacional sólido, genuinamente brasileiro, que traz e integra o povo na política nacional como sujeito da história.

Para esse fim, destacamos a primeira premissa, que tratará do homem no seu devir histórico pelo trabalho. Aqui, a ontologia do ser social se faz presente pelo trabalho como categoria fundante do ser homem e, com ela, um ser que se hominiza e humaniza no ato da produção de sua vida material. A segunda premissa é a educação, a ciência do mundo, na qual analisaremos a educação no devir e na existência do homem enquanto ser social. Afirmamos que só há educação porque o homem é um ser social e, como tal, reproduz o conhecimento que acumula no seu devir histórico, o que permite ao mesmo a reprodução da vida social pelo trabalho social e do conhecimento que este produz no ato de produção da vida material. Por fim, a terceira premissa, na qual se analisará a consciência da existência e o desenvolvimento nacional como uma das atividades centrais do ISEB, cuja natureza é a perspectiva da revolução brasileira, que tem como centralidade a construção de uma ideologia do desenvolvimento nacional, na qual incorpora o povo como sujeito político de forma racional. Esse é o elo que possibilita as ações necessárias às transformações históricas impostas à revolução brasileira, tendo como base uma ideologia do desenvolvimento nacional, cuja centralidade passa pela política e pela educação das massas, inclusive na necessária formação das classes dominantes sob um viés nacionalista. Neste processo, assevera AVP que as universidades precisam rever o processo formativo da juventude brasileira, apontando para as necessidades de compreensão do Brasil real, com as categorias que o estudo do mesmo se apresenta. Isso implica afirmar que as universidades necessitam colocar nos seus currículos as “brasilinidades” existentes no país, ou seja, estudar o Brasil com as categorias que os estudos apontarem, sem “importar” representação conceitual para a compreensão dos elementos nacionais. Estas são as premissas que destacamos e colocamos aos leitores para a análise crítica.

O Homem: animal da natureza forjado pelo trabalho

[...] a sociabilidade dos homens surgiu e foi se desenvolvendo em formas diversas ao longo do tempo, por efeito do modo particular como esses seres se relacionaram com a natureza no provimento das condições indispensáveis à sustentação da sua vida, por efeito das necessidades impostas pela execução dessa relação vital com o mundo natural, numa palavra, como resultado do trabalho. (VIEIRA PINTO, 1962. p. 9)

O homem tem sua origem no processo de trabalho. Sua instância de nascença é na relação com a natureza, da qual o mesmo é parte integrante e totalidade, por meio do trabalho na produção da vida material. Neste processo, há um por teleológico na existência do humano, pois o homem se afasta da barreira natural e passa, por circunstâncias por ele mesmo criadas, a depender de sua ação para prover sua vida material. O ato de comer, beber, vestir-se, abrigar-se e amar se tornam atos humanos no longo devir histórico do homem. Ele, ser homem, é um ser produto do trabalho, criador de suas relações sociais, de seus modos de produção da vida material e de seus processos formativos, cuja educação social está presente em cada formação social, em cada modo de produção da existência da vida, pois permite ao homem a

produção de sua existência e sua reprodução como ser social. Este processo permite-lhe a orientar-se para poder se movimentar e a viver em sociedade. Neste processo, Fromm (1963, p. 28) diz-nos que “[...] a concepção de uma ciência do homem repousa na premissa de que seu objeto, o homem existe, e que há uma natureza humana característica da espécie humana [...]”, cujo objeto é produto do seu devir histórico dado pelo trabalho na produção da vida material. E este processo ocorre na medida em que o homem vai se afastando da barreira natural e, no longo processo de evolução do humanóide, ele vai transformando a si mesmo à medida que vai transformando a natureza para si por meio do trabalho. Nesta perspectiva de estudo, (Fromm, 1963, p. 31) assevera que “[...] a evolução humana tem suas raízes na adaptabilidade do homem e em certas qualidades indestrutíveis de sua natureza que o compelem a nunca cessar sua procura de condições que melhor atendam às suas necessidades intrínsecas”. Com efeito, Vieira Pinto (1962, p. 9) argumenta que “[...] a forma de relação estabelecida pelo homem com a natureza é única, específica, privativa desse animal, e por isso o distingue radicalmente de todos os demais, inclusive daqueles que levam existência grupal: tal forma consiste no trabalho. [...]”. No devir da relação trabalho-natureza produz o homem e o mundo humano ao longo de sua existência humano-material, no qual Vieira Pinto (1962, p. 8-9) atesta: “[...] não está dada de uma vez para sempre em cada indivíduo pelo simples fato de nascer, mas tem de ser criada por ele ao longo da existência, dependendo, portanto, das condições materiais, sociais, em que decorrerá sua existência”. Por isso, Vieira Pinto (1960a, p. 60) afirma que “o trabalho não é apenas atividade exercida exteriormente pelo homem, mas fator constitutivo da sua natureza, no sentido de que é por intermédio dele que se realiza a humanização progressiva do homem, e que cada um constrói a sua consciência da realidade. [...]”. Com efeito, o trabalho constitui-se em uma ação transformadora da natureza, que é realizado pelo homem no seu devir histórico, onde transforma o homem e suas relações sociais de produção e isto impõe, na concepção de AVP, a noção de amannualidade na confecção de objetos necessários à produção da vida material do homem, cujos objetos não se constituem como coisas, mas são produtos da amannualidade na luta pela vida e tem existência real e objetiva e, para cada um, na sua singularidade, se cria uma determinada forma de conceituação que ganha universalidade e forma de representação abstrata. Neste processo, Vieira Pinto (1960a, p. 68-69) diz-nos:

[...] os objetos que se revelam como coisas, em virtude do caráter amannual, são na verdade objetos fabricados. São dados à capacidade de manuseio do sujeito, mas para isso tiveram antes de ser produzidos. E só puderam ser produzidos porque a matéria de que são feitos e todos os demais ingredientes se apresentaram à ação do agente criador segundo uma forma de manuseio mais primitiva, a forma das substâncias brutas.

O caráter de amannualidade implica a gradação nos tipos de manuseio e não se mostra, conforme deixa crer a teoria, como propriedade unívoca. Mas, que se esconde por trás desta gradação do ‘amannual’? O trabalho. Uma coisa é mexer-se em um pouco de barro, outra é segurar uma vasilha para beber, e outra ainda é tomá-la nas mãos para apreciar a beleza dos desenhos e do colorido que lhe foi dado pela arte cerâmica. [...].

Na análise da percepção de grande parte das coisas que compõem o nosso mundo, é indispensável acentuar, porque quase sempre esquecido, este traço: o de que tais coisas foram feitas, custaram trabalho. Este é parte essencial da sua constituição e deve ser integrado nelas ao julgarmos a sua realidade. É justamente a apreciação deste aspecto que falta no conceito de amannualidade. É assinalada como propriedade, sem considerar a evidência de que em inúmeros casos o objeto foi fabricado; é atribuída ao mundo em geral, sem levar em conta, na percepção do real, a distinção entre o material e o artefato,

o que equivale a reduzir toda a objetividade à objetividade da natureza original. O mundo exterior aparece assim como mundo natural primitivo, quando, na verdade, grande parte dele, e precisamente aquela onde cada vez mais se move a existência civilizada, como a seguir esclarecemos, é produzida pela ação criadora do homem. [...].

Na interação com a natureza, o homem é produto de uma relação teleológica do trabalho, cuja natureza humana é fruto do processo de afastamento das barreiras naturais de sua existência, o que o condiciona a produzir sua vida material, cujo ato de comer, beber, vestir-se, habitar e amar se torna humano no devir histórico do homem, o que condiciona a existência humana a uma ação vinculada ao trabalho. E isto é um processo dado e encontrado em todas as formações sociais criadas pelos homens, cuja relação se processa em condições dadas e encontradas também na natureza. Com efeito, Vieira Pinto (1962, p. 9-10) argumenta:

[...] A forma de relação estabelecida pelo homem com a natureza é única, específica, privativa desse animal, e por isso o distingue radicalmente de todos os demais, inclusive daqueles que levam existência grupal: tal forma consiste no trabalho. Todo ser vivo depende da natureza exterior para obter as substâncias de que se nutre, encontrar o espaço onde se move, as condições de ambiente onde se aclima, se protege, e se reproduz. Por este aspecto o homem não faz exceção. Mas enquanto os demais seres animais utilizam para se nutrir ou satisfazer suas outras necessidades aquilo que encontram ao seu alcance, o homem atua sobre a natureza com o fim de produzir os elementos de que precisa para sustentar e desenvolver a existência. É exatamente esta atuação com o fim de produzir o que não está imediatamente dado, que configura a essência do trabalho. Por isso, só o homem é um ser vivo capaz de trabalhar. Os demais não têm essa capacidade. Deste modo, compreende-se por que motivo o trabalho se encontra na origem da essência humana do homem.

A meu ver, no processo de conhecimento e hominização do homem, AVP aponta para as funções do trabalho uma categoria formativa. Há, aqui, uma manifestação dialética de AVP, pois reconhece o trabalho como processo teleológico na formação do homem e, neste processo, de um ser total condicionado pelo trabalho, que em seu processo de hominização vai adquirindo conhecimento de sua realidade e desenvolve a consciência de si, do mundo natural e do mundo social como ato de produção da vida material. Sob este processo, Vieira Pinto (1969, p. 21-22) sustenta:

[...] A primeira etapa do conhecimento inclui toda a escala evolutiva da matéria viva, desde a forma ínfima de organização até o surgimento do homem, excluindo a este no estado em que atingiu a sua constituição orgânica atual, mas abrangendo as fases iniciais do processo de hominização. É a fase em que o conhecimento se faz com ausência de consciência e por isso abarca a quase totalidade do tempo de evolução das espécies. A consciência aparece no período final, nos primórdios biológica e cronologicamente imprecisos, do processo de hominização, quando o animal humano começa a trabalhar sobre a natureza, em um ato de conjugação social de esforços [...].

Demonstra AVP que o trabalho potencializa o conhecimento como processo social, onde o indivíduo, no ato do trabalho, conhece o que faz, sabe como e porque o faz. No devir do fazer cotidiano desenvolve outros fazeres e vai acumulando conhecimento desse ato, o que potencializa a ter uma consciência de fazer-se homem no seu devir histórico e a ter consciência do mundo humano e do mundo natural e sabe que sua vida material está condicionada à natureza por meio do trabalho. E, neste processo, Vieira Pinto (1969, p. 22) argumenta que “o aparecimento da vida, como forma organizada peculiar da matéria, e do conhecimento, como capacidade de percepção e reação desta sobre a restante, constituem um momento qualitativamente novo no processo cósmico”.

Há, no homem, uma sociabilidade forjada pelo trabalho. Homem e trabalho são elos indissociáveis do processo de hominização, do tornar-se homem na produção da vida material e de humanização. Neste processo, a relação entre homem e natureza traz o trabalho como processo central de organização da vida social. É uma relação realizada todos os dias, na qual o homem pode produzir o essencial à vida material de forma organizada e condicionada socialmente, pois “[...] tem de ser criada por ele ao longo da existência, dependendo, portanto, das condições materiais, sociais, em que decorrerá sua existência”. (VIEIRA PINTO, 1962, p. 9). Com efeito, diz-nos Vieira Pinto (1962, p. 10):

[...] Fora do sistema de relações sociais o ‘homem’ tem existência apenas abstrata, não passa de ideia geral; o que de fato existe é sempre o homem concreto, ou seja, aquele que se acha envolvido por determinado sistema de relações produtivas, cuja realidade não depende da sua vontade, mas foi forjada ao longo do processo expansivo da capacidade produtiva comum da espécie humana, de melhor apropriação dos fatores naturais em seu proveito.

Nesta assertiva, AVP sustenta que o homem é um ser social condicionado às relações o que mesmo estabelece com outros indivíduos, pois sua existência material só pode existir no meio social e está condicionada ao modo como eles encontram na natureza os meios de trabalho e na forma de produzir sua existência, o que faz surgir determinadas formas de estruturar a relação trabalho, que vai condicionar a existência de uma superestrutura de poder dominante, na qual os homens serão educados para a reprodução da sociabilidade forjada no mundo do trabalho. Neste processo, cultura, religião, educação, trabalho etc., terão um caráter dominante, pois expressam a vontade da classe dominante de forma universal como vontade consentida socialmente, mas carrega em si as contradições sociais, cuja relação está estabelecida nas classes sociais distintas e antagônicas entre si.

Educação e objetivação social do homem

Existe a ciência que também é uma forma de consciência e tem influência decisiva para construir a representação do objeto ou da atividade. E preciso também dar o máximo valor à noção de finalidade. Não há teoria da educação sem teoria da finalidade da educação. (VIEIRA PINTO, 1993, p. 25)

Toda educação expressa um projeto de poder estruturado socialmente para reprodução da vida social consolidada e, com ela um projeto de classe dominante ou de grupo social como coletividade organizada em vida social. Há uma unidade de trabalho que determina a forma de educação a ser disseminada à vida social, que corresponde a forma trabalho existente sob condições materiais dadas e encontradas na produção da existência material. Neste processo, a educação é um ato intencional e um ato de domínio cultural da classe dominante sobre a classe do trabalho. Educação é um processo que integra o homem no mundo social, cuja natureza é a socialização do conhecimento produzido e acumulado no devir histórico do homem. O conhecimento do mundo humano permite ao homem adquirir consciência do processo da vida real e, ao mesmo tempo, do seu processo contraditório, pois os interesses de classe se manifestam no âmbito social e ganham contornos de lutas de classes, que as movem historicamente. Com efeito, Vieira Pinto (1969, p. 18), diz-nos que “a consciência tem, desde o seu aparecimento, e por

necessidade do seu processo constitutivo, a dimensão social”, o que traz um processo de conhecimento como elo do homem como ser social e isso significa que só pode haver conhecimento no âmbito da vida em sociedade, pois ele é uma produção do homem na produção do mundo humano. No ato do desenvolvimento humano, Vieira Pinto (1969, p. 18) sustenta que “o indivíduo cria a própria consciência no âmbito de uma consciência social que o envolve, o antecede, o condiciona. Não é a consciência de ninguém em particular, nem pode ser hipostatizada, [...], mas é a representação consciente feita pela generalidade da comunidade”. Neste processo, demonstra AVP que o homem é o homem de uma determinada formação social, sob a qual emerge uma determinada forma de comunicação, linguagem e de educação. O homem é uma determinação do social, o qual está implícito as determinações do trabalho e educação na reprodução social. O homem é produto social, cuja sociabilidade e formas de vida cultural são dadas pela sociedade, na qual o indivíduo nasce e se desenvolve como homem social. O homem é uma objetivação do trabalho. Nesta perspectiva, Einstein (1949, s/p) observa:

O conceito abstrato de 'sociedade' significa para o ser humano individual o conjunto das suas relações diretas e indiretas com os seus contemporâneos e com todas as pessoas de gerações anteriores. O indivíduo é capaz de pensar, sentir, lutar e trabalhar sozinho, mas depende tanto da sociedade – na sua existência física, intelectual e emocional – que é impossível pensar nele, ou compreendê-lo, fora da estrutura da sociedade. É a 'sociedade' que lhe fornece comida, roupa, casa, instrumentos de trabalho, língua, formas de pensamento, e a maior parte do conteúdo do pensamento; a sua vida foi tornada possível através do trabalho e da concretização dos muitos milhões passados e presentes que estão todos escondidos atrás da pequena palavra 'sociedade'.

Com efeito, Einstein sintetiza o que é o homem em seu processo de sociabilidade, cuja natureza social traz o homem como ser determinado pela formação social de pertencimento, pois esta tem as dimensões sociais, culturais, educacionais etc. presentes na vida material da sociedade. E isto engendra um conhecimento como processo e vínculo do indivíduo com o processo de produção da vida material, ou seja, um conhecimento determinado pela ação do indivíduo presente na vida social, o que demonstra que o indivíduo só é reconhecido como indivíduo em vida social. Neste processo, “a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses”. (VIEIRA PINTO, 1993, p. 29). A educação é social, mas também é uma arma social, que traz as mudanças na personalidade dos sujeitos históricos. Com efeito, Vieira Pinto (1993, p. 22) sustenta que “[...] a educação implica uma modificação de personalidade e é por isso que é difícil de se aprender, porque ela modifica a personalidade do educador ao mesmo tempo que vai modificando a do aluno. Desse modo, a educação é eminentemente ameaçadora. [...]”, por isso, a classe que domina materialmente a vida social tem como determinação histórica uma forma de educação que reproduza a vida social estabilizada, mas em constante transformação e em contradição social de classe. Em cada formação social há uma forma de educação e de realidade social, na qual o homem vive, concebe sua historicidade e o conhecimento do mundo em que vive. Neste processo, assevera Vieira Pinto (1969, p. 188) que:

[...] Toda realidade material perdura, manifestando no tempo alguma modalidade essencial da sua constituição objetiva. No homem essa modalidade adquire significado novo, qualitativamente distinto, o da historicidade. Ao viver, o homem historiciza o tempo, a duração cronológica do existir da realidade. [...].

E, no processo de historicizar a vida material, AVP concebe para a ação humana uma qualidade de ser para si, pois se torna promotora de ideias, cujo ato está na ciência do fazer objetos, dar forma e conteúdo a ação idealizada, de realizar-se dialeticamente neste processo e, com isso, dar forma nova aos atos e criar sua representação conceitual, ou seja, o conhecimento sobre o objeto criado. Com efeito, Vieira Pinto (1969, p. 342) diz-nos:

[...] somente na tentativa humana a ação se torna fonte de ideias, e por isso representa um modo de experimentar, de palpar, de descobrir aquilo que consiste o mundo, quais são as propriedades das coisas, que, ao se transformarem em conceitos abstratos, permitem o retorno do pensamento à realidade em forma de projetos de ação, e portanto em processo de melhoramento da relação do homem com o mundo, o que é propriamente o trabalho.

Na perspectiva apontando por AVP, ao historicizar a existência material do homem na criação do mundo humano e, com ele, suas experiências materializadas em pensamento abstrato, o qual permite a representação e reprodução do objeto pensado e materializado pela experiência, o homem se torna fonte de ideias criativas, cuja base é o trabalho na produção da vida. Mas este processo está condicionado a um determinado modo de produção, no qual homens e mulheres estão inseridos e produzindo a vida material de acordo com as condições dadas e encontradas na natureza. Sob esta condição histórica, o homem produz conhecimento e os acumula no seu devir ser, cuja base de socialização do conhecimento acumulado é realizada pela educação. Esse é um processo dialético, no qual a dinâmica da vida social tem um ritmo ditado pelo fazer, conhecer o que faz e a reprodução social. Portanto, o real, o concreto pensado sob forma conceitual de representação se objetiva em conteúdo social, e isto permite a reprodução da vida social como processo de trabalho e educação, por isso, Vieira Pinto (1993, p. 34) afirma: “a educação é por essência concreta. Pode ser concebida a priori, mas o que a define é sua realização objetiva, concreta”. A mim, o conhecimento se objetiva como caráter social e a sociedade estrutura um sistema de educação para sua reprodução social dentro da sociedade de classe. Nesta perspectiva, corrobora Saviani (1986, p. 14) com a seguinte argumentação:

[...] todo sistema educacional se estrutura a partir da questão do trabalho, pois o trabalho é a base da existência humana, e os homens se caracterizam como tais na medida em que produzem sua própria existência, a partir de suas necessidades. Trabalhar é agir sobre a natureza, agir sobre a realidade, transformando-a em função dos objetivos, das necessidades humanas. A sociedade se estrutura em função da maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, o processo de trabalho.

A meu ver, tanto Saviani como AVP reafirmam a historicidade da educação como um acontecimento histórico, assim como é a própria natureza humana. Como o homem produz a vida material sob condições dadas e encontradas na natureza a ser objetivada para a vida social, a educação também se encontra nessas condições, pois sua natureza precisa ser objetivada para o processo de reprodução. Portanto, o caráter histórico da educação sintetiza a natureza objetivada para a materialidade da vida social. Com efeito, Vieira Pinto (1993, p. 34-35) assevera:

[...] A educação é histórica não porque se executa no tempo, mas porque é um processo de formação do homem para o novo da cultura, do trabalho, de sua autoconsciência. A educação como acontecimento humano é histórica não somente porque cada homem é educado em um determinado momento do tempo histórico geral - aquele em que lhe

cabe viver (historicidade extrínseca) — mas porque o processo de sua educação, compreendido como o desenvolvimento de sua existência, é sua própria história pessoal (historicidade intrínseca).

Refletindo sobre a educação como processo de sociabilidade humana, que está inserida na totalidade da vida social, Cury (1992, p. 53), aponta:

A educação é imanentemente presente à totalidade histórica e social e coopera no processo de incorporação de novos grupos e de indivíduos, o que é feito também mediante a interiorização de uma visão de mundo já existente e preexistente aos indivíduos. Essa visão de mundo já interpretada, existente na própria prática social dessa sociedade, é passada adiante nas próprias práticas sociais sob a forma de costumes, ideias, valores e conhecimentos.

Do ponto de vista apresentado por AVP e Cury, a natureza histórica da educação também a coloca como uma centralidade histórica, cuja presença social tem caráter de teleologia, pois apresenta uma determinada finalidade em cada formação social existente, que é a reprodução do indivíduo como sujeito ativo na sociedade. Dessa forma, ela cumpre com uma finalidade de reprodução social, na qual o indivíduo se submete as condições de existência social condicionadas à existência individual sob determinada classe e contradições sociais. Nestas condições históricas, a sociedade é um ente educador por excelência, cuja existência material tem na educação um dos processos constitutivos da existência social, que se apresenta de forma distinta entre si, sendo uma atividade perene na vida social do homem, mas ela é condicionada aos projetos e interesses das classes dominantes, pois as classes dominantes fazem a história da dominação por meio da violência e dos elementos da cultura e, uma delas está na educação. Nesse sentido, a educação não é neutra, ela carrega os interesses das classes dominantes, cujo processo é contínuo, mas se transforma com as revoluções sociais. Nas palavras de Vieira Pinto (1993, p. 32-33):

A educação é uma atividade teleológica. A formação do indivíduo sempre visa a um fim. Está sempre 'dirigida para'. No sentido geral esse fim é a conversão do educando em membro útil da comunidade. No sentido restrito, formal, escolar, é a preparação de diferentes tipos de indivíduos para executar as tarefas específicas da vida comunitária (daí a divisão da instrução em graus, em carreiras, etc.). O que determina os fins da educação são os interesses do grupo que detêm o comando social.

Nas reflexões apresentadas por AVP, a educação também é fato social, sob o qual a sociedade se educa, constrói formas de reprodução social e está condicionada ao domínio das classes dominantes, mas ela não transforma a sociedade, pois sua existência está na superestrutura social e sua existência está condicionada pela infraestrutura, onde a base econômica se manifesta e age sob os interesses das classes dominantes.

Desenvolvimento e consciência nacional, o processo da revolução brasileira

A educação adequada ao país subdesenvolvido que deseja superar a sua fase histórica só deve ser delineada e conduzida por quem possuir a consciência crítica do processo da realidade; para tal país, a educação oportuna é a que permite a uma consciência crítica suscitar o aparecimento de outra consciência crítica. É, pois, a auto-reprodução da reflexão crítica, mediante a transmissão de um indivíduo a outro. Só assim é eficaz. Como propagação do pensar crítico, suprime a interferência das concepções ingênuas, sempre nocivas. Gera uma percepção da realidade que vai progressivamente privando de vigência histórica os pronunciamentos da

consciência simplista e, com isso, abre espaço cada vez maior à compreensão objetiva dos fatos. (VIEIRA PINTO, 1960a, p. 121)

Toda formação social traz em si um caráter de formação política e de interesse de classe, mas há um campo que a mesma engendra que está estabelecido na contradição social, pois a vida social é dialética e dinâmica, cuja centralidade é a formação de classes antagônicas entre si no interior da sociedade. Nela há também um componente essencial às classes dominantes, que é sua inserção na geopolítica mundial e no caráter do desenvolvimento interno. Sua base produtiva pode ser de desenvolvimento nacional ou de capacho de interesses externos, o que o torna um país subdesenvolvido. O país subdesenvolvido estabelece uma relação de subsunção ao imperialismo, que mantém o país subjugado aos seus interesses econômicos, sob a produtividade de produtos primários, com uma indústria secundarizada e desnacionalizada e uma massa alienada, sem consciência de classe e subjugada por uma burguesia orientada por intelectuais orgânicos do imperialismo, tendo a compreensão do real nacional por meio de categorias externas à nação. Dessa forma, um pensamento nacional de forma racional e crítico é uma ameaça à hegemonia e aos interesses de classe das elites brasileiras, que querem mantêm as massas subjugadas e longe da revolução brasileira. Não obstante, a burguesia tem consciência de que a educação é uma arma revolucionária sob a qual um povo culto estremece os pilares da solidez estrutural da ordem dominante e age no sentido de promover transformações sociais. Desse modo, Viera Pinto (1993, p. 40) postula que a burguesia sabe que “[...] o homem, educado pela sociedade, modifica esta mesma sociedade como resultado da própria educação que tem recebido dela. Nisso consiste o progresso social, no processo de autogeração da cultura”. Portanto, educação e desenvolvimento são elos que potencializam a revolução como processo implacável à ordem do atraso material, que subjuga povo e nação aos interesses do imperialismo. Com efeito, diz-nos Cury (1992, p. 74):

Encarregada de melhorar a força de trabalho, a educação contribui de fato para o aumento do capital e sua reprodução. Mas o modo pelo qual essa melhoria se realiza pode opor-se *como fermento de transformação, como poderoso meio de transformação da sociedade atual, à perpetuação desse modo de produção. [...]*

Refletindo sobre *história e desenvolvimento*, Caio Prado Junior traz uma análise sobre o processo de desenvolvimento do Brasil, que corrobora com os intelectuais do ISEB, pois o mesmo sustenta que é preciso ir às raízes do desenvolvimento interno de cada país para encontrar as saídas necessárias para potencializar as nações de uma ideologia e uma consciência nacional, com a finalidade de chegar aos padrões de produção e de vida social necessárias ao mundo moderno, cuja presença do desenvolvimentismo se faz necessário. Nesse sentido, Prado Junior (1999, p. 30-31) escreveu:

[...] o processo histórico global e de conjunto que liga o passado ao presente; que se forja naquele passado e que abre perspectivas para o futuro. Essa continuidade se encontra, e somente aí nos é dado descobri-la, nos fatos específicos e sua interligação que vai dar naquele processo histórico e o configura. Processo que é *sobretudo* histórico, e não se ajusta a modelos construídos *a priori* na base de ocorrências que caracterizaram (aliás parcialmente apenas) a institucionalização das relações capitalistas de produção nos países que foram pioneiros. É na especificidade própria de cada país que se há de indagar do processo pelo qual ele se formou, evoluiu, cresceu e desenvolveu, ou se pode desenvolver e como, a fim de aparelhar-se aos padrões do mundo moderno.

Corroborar em nossas análises a assertiva que Cury aponta sobre o caráter de totalidade da educação, sob a qual direciona os caminhos de uma nação e a qualidade de vida de seu povo. Desenvolvimento nacional é uma potência dada pela educação, cuja dimensão de totalidade contém relações sociais presentes na superestrutura e infraestrutura da vida social, portanto, no que determina o modo de produção da nação e sua forma de inserção no mundo. Não obstante, Cury (1992, p. 67) escreveu:

A educação é uma totalidade de contradições atuais ou superadas, aberta a todas as relações, dentro da ação recíproca que caracteriza tais relações em todas as esferas do real. A ação recíproca entre essas esferas do real se media mutuamente através das relações de produção, relações sociais e relações político-ideológicas.

A educação é um processo e um condicionante à formação social do indivíduo para um todo social, a qual está presente em todo grupo social formado no devir social do homem e submete o indivíduo ao processo social-formativo, mas ela não antecede ao seu próprio modo de produção, pois no ato de fazer história o homem encontra as condições dadas e estabelecidas no mundo humano, no qual ele age e faz história. Neste processo, o desenvolvimento nacional é uma das potencialidades históricas que se apresenta à sociedade no devir do homem, o que, por sua vez, depende dos interesses materiais da classe dominante, cuja relação de produção estabelecida internamente determina a visão de mundo da sociedade. Desse modo, o ser do desenvolvimento nacional encontra na educação seu processo potencializador e isso está condicionada a inserção da nação no mundo econômico, mas que pode ser transformado por uma ideologia nacional com base no desenvolvimento econômico e consciência nacional. Neste processo, Vieira Pinto (1960a, p. 118) diz-nos:

A educação não precede o processo de desenvolvimento, acompanha-o contemporaneamente. Entre ambos existe uma tensão dialética que os condiciona mutuamente. Com efeito, cada etapa da realidade contém no seu dinamismo tarefas a executar, a fim de que se transforme na etapa seguinte; são propostas, são desafios à ação humana, que é solicitada por eles a efetivar-se. Mas são ações complexas, a executar. [...].

Alerta AVP que o real, para ser conhecido, precisa das categorias que o próprio movimento histórico dos homens produz e o criam no fazer-se história. Para que haja desenvolvimento econômico se faz necessária uma educação nacional orientada para esse fim. AVP não escreve sobre uma educação chauvinista em si, mas de uma educação capaz de tirar as massas da letargia e de colocá-las como sujeitos na história, da história do desenvolvimento nacional como premissa histórica da nação, cuja centralidade está na educação para o desenvolvimento econômico e, com ela, uma nova consciência de nacionalidade. Em referência ao Brasil, AVP mostra em seus estudos que a natureza do desenvolvimento nacional está associada aos interesses da classe dominante, mas precisa de uma ideologia que objetiva seu desenvolvimento econômico a novos padrões sociais da modernidade, mas a classe dominante está presa ao passado histórico, fragmentado em regionalidades políticas dominantes, onde impera a unidade de interesse de classe sem a inserção do povo como ente político. Historicamente, as elites regionais constroem um processo de conciliação com o poder central para a conservação do *status quo* existente, o que permite a reprodução do latifúndio e das estruturas arcaicas de educação para manter a marginalização do povo como ente político. Neste processo histórico, as massas eram relegadas a planos secundários na escola nacional, servindo como curral eleitoral e apadrinhamento político para a classe dominante, o que impediu o

surgimento de uma consciência nacional capaz de criar uma ideologia nacional e por em marcha o desenvolvimento econômico-nacional, sob princípios nacionais. Com efeito, Vieira Pinto (1960c, p.14) diz-nos:

A falta da tomada de consciência objetiva da nossa realidade, por parte de nossos melhores homens, privava-os de percepção histórica segura e global, desnordeando-os e dividindo-os em confusões elementares, o que contribuiu para o atraso do nosso processo de desenvolvimento, pois não há interpretação sem categorias prévias de interpretação.

Dessa maneira, AVP aprende que a necessidade vem estabelecida pela ordem social estabelecida, mas essa ordem social pode ser transformada por um estudo que apresente a realidade social a ser transformada e assumida pela classe dominante sob a premissa do desenvolvimento nacional solidamente fundamentado em uma ideologia nacional, que deverá ser disseminado socialmente para criar uma cultura pedagógica de transformação social, integrando o povo no processo de desenvolvimento econômico-nacional e consciência nacional. A mim, AVP canaliza esforços políticos ao apontar a necessidade de trazer o povo para a política, integrando-o de forma ativa como sujeito da história, pois a história que move o desenvolvimento nacional terá caráter emancipatório com a ascensão de uma consciência nacional de desenvolvimento, fundada sob o princípio de integração nacional. Para isso, é precisar educar o povo para o salto ontológico do desenvolvimento econômico-nacional, potencializando o nascimento de uma consciência nacional para as transformações sociais, que são necessárias ao desenvolvimento nacional. Refletindo sobre esse processo, Vieira Pinto (1960a, p. 121) argumenta:

Educar para o desenvolvimento não é tanto transmitir conteúdos particulares de conhecimento, reduzir o ensino a determinadas matérias, nem restringir o saber exclusivamente a assuntos de natureza técnica; é, muito mais do que isto, despertar no educando novo modo de pensar e de sentir a existência, em face das condições nacionais com que se defronta; é dar-lhe a consciência de sua constante relação a um país que precisa do seu trabalho pessoal para modificar o estado de atraso; é fazê-lo receber tudo quanto lhe é ensinado por um novo ângulo de percepção, o de que todo o seu saber deve contribuir para o empenho coletivo de transformação da realidade. Não há nisso uma visão idealizada do processo do desenvolvimento, mas o reconhecimento de que a lógica a ele imanente demanda uma consciência que o represente e uma vontade que se mova conforme as sugestões e exigências dele partidas.

Desse modo, AVP reafirma o primado e o propósito de valoração da educação como centralidade necessária para o fortalecimento do desenvolvimento nacional alçando-a a um princípio de direito universal. Neste processo, aponta para a necessidade de quebrar a cadeia de privilégio existente no Brasil, solidamente estabelecido pelo processo educacional, que valoriza a “escolaridade”, o “ter” título educacional como processo de valoração e, ao mesmo tempo, traz uma segregação social, pois cria uma classe média que busca privilégio na escolarização, mas não institucionaliza a universalidade da escolarização à juventude brasileira. A lógica dessa classe média é “viver” sob privilégio do Estado, concebido a imagem e semelhança da classe média consorciada com as elites dominantes em um jogo perene e lento de transformação social, no qual as migalhas serão distribuídas ao povo, alçando uns poucos aos privilégios de se tornarem classe média, que são necessárias para a própria reprodução existencial de ser classe média.

Impõe-se observar que a classe média vive e se reproduz como ilha de privilégio e, para alterar esse quadro, se faz necessário valorar o trabalho como trabalho geral, no qual as profissões existentes são diferenciadas no processo de formação, mas a base essencial é a universalização da educação como processo de valorização do trabalho. Isto permitirá aos indivíduos o processo formativo e integração social pelo mérito escolar e não por privilégio de classe. Dessa maneira, ao transformarem-se, via educação, objetivam-se em cidadãos e, como cidadãos, homens de ação e de transformação social, que podem romper com a cadeia do atraso e impor o desenvolvimento nacional como elo da modernidade social. Com efeito, Vieira Pinto (1993, p. 40) aponta: “[...] o homem, educado pela sociedade, modifica esta mesma sociedade como resultado da própria educação que tem recebido dela. Nisso consiste o progresso social, no processo de autogeração da cultura”. Neste processo, Vieira Pinto (1993, p. 37) assevera:

Para que aumentem as possibilidades individuais de educação, e para que se tornem universais, é necessário que mude o ponto de vista dominante sobre o valor do homem na sociedade, o que ocorrerá com ela pela mudança de valorização atribuída ao trabalho. Quando o trabalho deixar de ser estigma e se converter em simples diferenciação do trabalho social geral, a educação institucionalizada perderá o caráter de privilégio e será um direito concretamente igual para todos.

Para tanto, aspira AVP que o conteúdo a ser trabalhado no processo educacional deve ter representatividade social, sob a qual a sociedade vive e respira sua sociabilidade histórica, portanto, seu modo de produção em sua dinâmica interna, tal qual a categorias históricas se apresentam. Neste processo, AVP aponta para a necessidade de refletir sobre a criação de uma ideologia com elo no desenvolvimento nacional e a base para isso está na consciência nacional solidamente construída pela educação, cuja natureza e uma expressão da realidade nacional que se apresenta na forma de categorias. Portando, educa-se sob projetos e princípios de nacionalidade. Em seu argumento, Vieira Pinto (1960c, p. 28-29) sustenta:

[...] Não há dados puros, não há fatos em si. Todo dado e todo fato só é tal no contexto de um discurso interpretativo, que por sua vez só pode ser feito com caráter significativo, em função dos conceitos superiores de apreciação, ou categoriais. Estas são, em última análise, ideias, e enquanto delas deflui a possibilidade de interpretação do curso dos fatos, o processo mesmo, como dissemos, ganha objetivamente nitidez e aceleração por força das ideias que o interpretam. As ideias categoriais, porém, não desempenham apenas essa função interpretativa, mas, pelas razões que assinalamos, assumem igualmente importante papel normativo. Portanto, o projeto de desenvolvimento só pode receber execução coerente, quando submetido a ideias categoriais reguladoras. [...]

E aponta quatro teses necessárias para criarem uma ideologia para o desenvolvimento nacional, a saber:

1. “Sem ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento nacional” (VIEIRA PINTO, 1960c, p. 29);
2. “A ideologia do desenvolvimento tem necessariamente de ser fenômeno de massa” (VIEIRA PINTO, 1960c, p. 30);
3. “O processo de desenvolvimento é função da consciência das massas” (VIEIRA PINTO, 1960c, p. 31);
4. “A ideologia do desenvolvimento tem de proceder da consciência das massas” (VIEIRA PINTO, 1960c, p. 34).

Neste processo, postula Vieira Pinto (1960c, p. 43):

[...] O que nos parece necessário, no entanto, é imprimir novo rumo à nossa educação, a fim de orientá-la, sem compromisso com qualquer credo político, no sentido da ideologia

do desenvolvimento econômico e social. Uma teoria da educação deverá surgir, cuja tarefa inicial será a de definir que tipo de homem se deseja formar para promover o desenvolvimento do país. [...].

Neste sentido traz a educação como processo de formação humana condicionada ao projeto de nação que se almeja. Eis a luta de AVP para levantar a bandeira da criação de uma ideologia educacional. Uma teoria da educação que seja capaz de formar o homem necessário à modernidade que se quer. Portanto, afirma Vieira Pinto (1993, p. 45) que “[...] a forma da educação tem que ser aquela que permita a grandes camadas da população passarem à etapa imediatamente seguinte em seu processo de desenvolvimento”. Sob essas premissas, Vieira Pinto (1993, p. 43) assevera:

O conteúdo da educação — tal como a forma —, tem caráter eminentemente social e, portanto, histórico. É definido para cada fase e para cada situação da evolução de uma comunidade. Por conseguinte, deve atender primordialmente aos interesses da sociedade. Se esta é democrática, os interesses dominantes têm que ser os do povo, e se consideramos um país em esforço de crescimento, tem que ser o de suas populações que anseiam por modificar sua existência.

E, neste processo interno de educação se manifestam as formas de consciência social da realidade presente no concreto da sociedade, que são a consciência ingênua e a consciência crítica, que Vieira Pinto (1993, p. 47-48) assim destaca:

A consciência ingênua, ainda que não o declare, não deseja que todos sejam instruídos. A consciência crítica, ao contrário, compreende que todos devem ser instruídos e hão de sê-lo. Porém não cai no engano de acreditar que possa fazê-lo de imediato, e por isso é dócil aos estímulos da realidade. Sabe que só é possível forçar a realidade com auxílio dela mesma, ou seja, que só é possível fazer a educação total do povo pela ação da fração deste que se vai educando. Daí que a consciência crítica seja imediatamente realista, não utópica.

O processo de formação do conhecimento humano é um dado produzido pelo homem no seu devir histórico e estão condicionados às relações de produção no qual o homem está inserido como sujeito social. E este processo é múltiplo e se dá nas condições reais de existência do homem. Para Andery et. al. (1994, p. 15),

Dentre as ideias que o homem produz, parte delas constitui o conhecimento referente ao mundo. O conhecimento humano, em suas diferentes formas (senso comum, científico, teológico, filosófico, estético etc.), mesmo sendo incorreto ou parcial, ou expressando posições antagônicas, exprime condições materiais de um dado momento histórico.

Como produto social, o conhecimento sob o qual nasce a consciência ingênua são partes constitutivas do próprio processo de desenvolvimento nacional, no qual os interesses antagônicos da vida social se manifestam e as lutas de classes podem ou não desencadear uma ruptura institucional. As forças produtivas e o próprio desenvolvimento nacional se movem por forças das ideias, cujo elo educacional potencializa o ato transformador da realidade nacional. Educação e desenvolvimento fazem parte do mesmo prato servido socialmente. Educação e desenvolvimento podem trazer traços de interesses nos quais a sociedade não tem controle, mas pode interferir politicamente com o desenvolvimento das forças produtivas e impedir o desenvolvimento de uma consciência nacional. Neste processo está a compreensão do que é nacional e das forças sociais que querem para si para poder transformar a realidade social contraditória existente em algo novo e isto é dialético, cujo movimento interno gestará novas ideias, que refletirá sobre

as diferenças manifestadas no novo, pois envolverá novos interesses antagônicos entre si. Com efeito, Andery et. al. (1994, p. 15) diz-nos:

[...] o desenvolvimento do homem e de sua história não depende de um único fator. Seu desenvolvimento ocorre a partir das necessidades materiais; estas, bem como a forma de satisfazê-las, a forma de se relacionar para tal, as próprias ideias, o próprio homem e a natureza que o circunda são interdependentes, formando uma rede de interferências recíprocas. [...]. Em qualquer sociedade onde existam relações que envolvam interesses antagônicos, as ideias refletem essas diferenças. [...].

Na aparência do fenômeno, o objeto ideia traz também uma intencionalidade, cuja ligação se manifesta nos interesses sociais, sob a qual, a educação, no processo de desenvolvimento, traz uma intencionalidade e esta diz respeito a que tipo de homem quer formar. Que sociedade quer para si. Que tipo de desenvolvimento humano-social se quer. Enfim, que consciência nacional a sociedade quer. A educação, portanto, é uma totalidade em contradição, cujos interesses antagônicos se manifestam na materialidade educacional, que é sempre condicionada pelos interesses da classe dominante e eles se manifestam no Estado como ente educador, portanto, formador da consciência do homem. Com efeito, Vieira Pinto (1993, p. 35) assevera:

A educação é necessariamente intencional. Não se pode pretender formar um homem sem um prévio conceito ideal de homem. Este modelo, contudo, é um dado de consciência e portanto pertence à consciência de alguém; concretamente, de alguém que está num dado tempo, num espaço, em definida posição social. Desacordo com a natureza (posição, interesse, fins) da consciência que comanda o processo educacional, tal será o tipo social de educação. Nas formas elementares de consciência (sociedades aristocráticas ou oligárquicas) o grupo dominante acredita que cabe a ele ditar a seu gosto o processo educativo, porque acredita também que o educando é um ser que não possui ainda consciência e por isso necessita recebê-la pela educação. Nas formas superiores de consciência (autoconsciência) o legislador, assim como o educador, sabe que se enfrenta com uma outra consciência e que seu papel consiste em trazê-la ao conhecimento dos interesses gerais da sociedade mediante um permanente diálogo entre consciências. Na forma elementar, ingênua, a educação é considerada como o procedimento de transformação do não-homem em homem. Na forma superior, crítica, a educação se concebe como um diálogo entre dois homens, na verdade entre dois educadores. Daí que a educação seja uma forma particular de responsabilidade da ação entre os homens.

Educação como responsabilidade e ação dos homens, eis o chamado histórico que AVP faz para os estudiosos do ISEB. A educação é um ato intencional, pois objetiva-se forjar o homem com consciência nacional, um primado que o Brasil desconhece pois a transformação necessária só será viabilizada se houver um encontro de interesse no qual os setores que impulsionam os motores da política e da economia coadunarem-se com os interesses das massas, com uma ideologia construída sob pilares de uma consciência nacional, cujo objetivo é criar as bases históricas do desenvolvimento econômico-nacional. Neste processo, Vieira Pinto (1960b, p 431-432) diz-nos:

O processo do desenvolvimento brasileiro faz-se no sentido da integração crescente das áreas do País a um só movimento comum. Sendo um dinamismo real, objetivo, unitário a ele tem de corresponder, no plano da representação, uma consciência própria, aquela na qual se reflete o processo do desenvolvimento, e que sobre ele reflete o processo do desenvolvimento, e que ele reflete, manifestando o caráter corresponde a essa base objetiva sobre a que se funda. Tal caráter é o que chamamos, em sentido extenso de nacionalismo. [...].

No encerramento da obra *Ideologia e Desenvolvimento Nacional*, Vieira Pinto (1960c, p. 46) assim finalizou:

Senhores, muito devemos esperar da Instituição cujas atividades hoje se iniciam. Se chegar realmente a unificar um pensamento definido e claro sobre o que é e o que deve ser o Brasil; se, pela força persuasiva das diretrizes que aconselhar, puder mover a inteligência dos homens das classes dirigentes, políticos, empreendedores industriais e diretores técnicos, orientando-lhes a ação no rumo da iniciativa racional; se, pela verdade intrínseca da ideologia que ajudar a construir, vier a identificar-se aos anseios das massas, terá então contribuído para dar existência histórica a um Brasil que até agora não ousamos senão imaginar.

O chamado à consciência de integração nacional que AVP fez nesta obra há uma intencionalidade objetiva da educação, que é a inserção do povo como sujeito político, pois o desenvolvimento nacional só pode ser efetivado como totalidade e isto é um processo que se faz com uma ideologia que incorpore o povo no projeto de nação, cuja centralidade é a própria consciência de um novo nacional.

Conclusão

As premissas de estudos que assinalamos para este artigo constituem a riqueza do pensamento de AVP, pois traz o reconhecimento do homem como sujeito do trabalho e, em seus aspectos de existência material, a educação e o desenvolvimento histórico-social da vida material. No processo de investigação e exposição chegamos às seguintes conclusões sobre os estudos elencados por AVP:

Um dos aspectos a destacar é o homem como um ser do trabalho, cujo processo de amaterialidade se faz presente no processo de produção da vida material, pois é um ser que produz ferramentas para aliviar e peso do trabalho e dar materialidade ao objeto pensado. No processo de transformação do homem, o ato de comer, beber, vestir-se, se abrigar e amar se tornam humanos, cuja natureza social se manifestam nas formações humanas e modos de produção da vida material criadas no devir histórico do homem e de civilidade humana, que são condicionadas pelas condições dadas e encontradas pelo homem na natureza. Neste processo, o homem é um ser da natureza, cuja existência está condicionada a objetos exteriores a serem criados e transformados pela amaterialidade para o trabalho no processo de produção da vida e do ser social.

Outro aspecto é que a educação é um ato de vínculo, uma teleologia na existência do homem. Sem educação não há vida social, não há homem, pois a reprodução do homem é um ato da educação, um ato de apreensão do real transformado em concreto pensado pelo pensamento humano. Ela é um processo existente no devir do homem, cuja centralidade se dá pelas atividades desenvolvidas no ato da produção, que produz e acumula conhecimento sobre o criado pelo homem no ato da produção diária da vida. Ao produzir a vida o homem produz as condições materiais necessárias à produção. Cria, pela amaterialidade, as ferramentas necessárias para cada formação social e as transformam em novas ferramentas. Neste processo, criam os instrumentos de trabalho que as condições de produção permitem à execução do trabalho. Portanto, a educação permite ensinar o processo de acúmulo do conhecimento à geração mais

jovem, o que reproduz o concreto pensado no cérebro pelo homem como processo de ensino e, neste processo, se reproduz histórica e socialmente.

Por fim, o desenvolvimento social está condicionado ao desenvolvimento das forças produtivas. O desenvolvimento nacional está condicionado à consciência nacional, uma consciência forjada por meio de uma ideologia do desenvolvimento nacional, cujo processo de integração do povo ao projeto nacional é imprescindível ao processo de desenvolvimento econômico-nacional, tão bem acentuado por AVP. Portanto, no processo de formulação da ideologia, os setores da intelectualidade, da política, do empresariado etc., só terão êxito no processo de desenvolvimento nacional se integrar, de forma absoluta, o povo como sujeito político, o que requer a universalização da educação para forjar um homem do desenvolvimento, o que se faz por meio de uma ideologia que cria a consciência nacional, de um ato fundante do pensamento e ação para o desenvolvimento econômico por meio de uma ideologia do desenvolvimento nacional.

Referências:

ANDERY, M. A. et. al. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. 5 Ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1994.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Informatizada - DECRETO Nº 37.608, de 14 de julho de 1955 - Publicação Original, In. [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.da.camara.gov.br). Acesso em 28/12/2021.

CURY, C. R. J. **Educação e Contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 5ª Ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.

FROMM, E. **A Análise do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

EINSTEIN, A. **Por que o socialismo?** 1949. In. [Por que o socialismo?, por Albert Einstein \(resistir.info\)](http://resistir.info). Acesso em 12/08/2014.

PRADO JUNIOR, C. **História e desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SAVIANI, D. **O nó do ensino de 2º grau**. Bimestre, São Paulo: MEC/ INEP – CENAFOR, n. 1, out. 1986

VIEIRA PINTO, Á. **Consciência e realidade nacional**. Vol. 1. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960a.

VIEIRA PINTO, Á. **Consciência e realidade nacional**. Vol. 2. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960b.

VIEIRA PINTO, Á. **Ideologia e Desenvolvimento Nacional**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960c.

VIEIRA PINTO, Á. **Por que os ricos não fazem greve?** Caderno do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

VIEIRA PINTO, Á. **Ciência e existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

VIEIRA PINTO, Á. **Sete lições sobre educação de adultos**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

Notas

¹ Doutor em Educação pela UFSCar. Professor adjunto do colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná - campus de Paranavaí, área de atuação em História Medieval, História Econômica, Educação do Campo e Escola Itinerante do MST. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9250782741810709>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7698-4064>. E-mail: vanderlei.amboni@unespar.edu.br.

² Art. 2º O ISEB tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia e da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021, s/p).

Recebido em: 16 de fev. 2022

Aprovado em: 22 de abr. 2022